



Graduação  Pós-Graduação  
 Artigo completo  Relato de prática  Resumo expandido

## UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O IMPACTO DA ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA PARTIDÁRIA NA ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E NAS PRIORIDADES DE GASTO PÚBLICO EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

**Agnes Gabrielly Marques Alves Botelho**  
Universidade Federal de Goiás (UFG)  
agnes.alves@discente.ufg.br

**Gilberto Crispim**  
Universidade Federal de Goiás (UFG)  
crispim@ufg.br

**Celma Duque Ferreira**  
Universidade Federal de Goiás (UFG)  
celmaduque@ufg.br

### RESUMO

Este estudo investiga a relação entre orientação ideológica partidária e comportamento fiscal no âmbito dos governos municipais brasileiros, tema central na literatura de economia política, especialmente no que se refere à influência de preferências ideológicas sobre decisões orçamentárias. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: em que medida a orientação ideológica partidária dos governos municipais influencia a alocação e a execução orçamentária? O objetivo geral consiste em identificar padrões de gasto público associados à orientação ideológica dos partidos na gestão municipal. Metodologicamente, a pesquisa adotou abordagem quantitativa, com utilização de dados em painel e estimação por regressão linear com efeitos fixos bidimensionais (two-way fixed effects), em especificação semi-logarítmica. A variável dependente corresponde ao logaritmo das despesas públicas municipais, enquanto as variáveis independentes capturam a orientação ideológica dos partidos (esquerda e direita), tendo o centro como categoria de referência. Foram incluídos efeitos fixos de ano e de função de governo, visando controlar heterogeneidades não observadas. A amostra compreendeu 50 municípios brasileiros, correspondentes aos dez mais populosos de cada uma das cinco grandes regiões, no período de 2017 a 2024, totalizando 7.529 observações. Os dados foram extraídos de bases oficiais, como SICONFI/FINBRA e IBGE. Os resultados indicam que a ideologia partidária exerce influência significativa sobre o nível de despesas públicas municipais. Governos de direita apresentam menor nível relativo de gasto, enquanto governos de esquerda tendem a expandir as despesas, em comparação ao centro. Contudo, efeitos estruturais, como composição do gasto e fatores temporais, apresentam maior poder explicativo, sugerindo que a ideologia atua de forma condicionada.

**Palavras-chave:** Ideologia partidária; Orçamento público; Gastos municipais.



## 1 INTRODUÇÃO

As discussões acerca da influência da orientação ideológica partidária sobre a alocação orçamentária ganharam espaço na literatura internacional a partir das décadas de 1970 e 1980, em um contexto de fortalecimento dos estudos de economia política e da análise do comportamento governamental. Trabalhos pioneiros, como os de Hibbs (1977) e Alesina (1987), passaram a sustentar que governos com diferentes orientações ideológicas, à esquerda ou à direita, tendem a adotar estratégias distintas de política fiscal e orçamentária, refletindo preferências por determinados grupos sociais e diferentes concepções sobre o papel do Estado na economia. Em geral, governos de esquerda estariam mais associados à ampliação de gastos sociais, políticas redistributivas e investimentos públicos, enquanto governos de direita tenderiam a enfatizar a disciplina fiscal, o controle da dívida pública e o estímulo à iniciativa privada (Hibbs, 1977; Alesina; Rosenthal, 1995).

Ao longo da década de 1990 o debate internacional se consolidou em torno da relação entre ciclos político-orçamentários, partidatismo e desempenho fiscal, incorporando também a importância das instituições políticas e dos mecanismos de controle e responsabilização política. Estudos como os de Persson e Tabellini (2000) e Alt e Lassen (2006) demonstraram que o ambiente institucional e o grau de competição política condicionam a influência ideológica sobre as decisões orçamentárias. Nesse período, pesquisas empíricas passaram a utilizar métodos econométricos mais sofisticados, especialmente modelos de dados em painel e regressões multinível, permitindo comparações entre governos subnacionais em diferentes países, como Estados Unidos, Reino Unido, Espanha e países escandinavos (Franzese & Jusko, 2006; Roubini & Sachs, 1989).

Na América Latina, sobretudo a partir dos anos 2000, os estudos passaram a considerar a descentralização fiscal e o papel das instituições federativas na dinâmica das finanças públicas. Trabalhos como os de Remmer (2012) e Ardanaz, Scartascini e Tommasi (2014) indicam que, em democracias emergentes, os efeitos da ideologia partidária sobre o orçamento são frequentemente condicionados por restrições fiscais e por regras institucionais nacionais, além da formação de alianças políticas.

No caso brasileiro, as primeiras análises sobre o tema surgiram nos anos 1990, no campo da ciência política e da economia pública, impulsionadas pelo processo de redemocratização e pela consolidação do federalismo. Autores como Abrucio (1998) e Arretche (1999) destacaram a importância da autonomia municipal e das transferências intergovernamentais na estruturação



do gasto público local. Posteriormente, Loureiro e Abrucio (2003) e Rezende (2004) aprofundaram a discussão ao demonstrar que as decisões fiscais municipais refletem tanto restrições institucionais quanto preferências políticas e partidárias.

Estudos mais recentes, como os de Sakurai e Menezes-Filho (2011), Sakurai (2019) e Rocha (2020), ampliaram a análise empírica sobre os efeitos da ideologia partidária na execução orçamentária municipal, utilizando bases de dados longitudinais. Os resultados sugerem que prefeitos vinculados à esquerda tendem a direcionar maior volume de recursos para áreas sociais, como saúde, educação e assistência, enquanto prefeitos associados à direita apresentam maior ênfase em infraestrutura e equilíbrio fiscal. Além disso, pesquisas como as de Krause e Pagliarini (2018) e Avritzer e Filgueiras (2020) incorporaram variáveis relacionadas à transparência, participação social e mecanismos de controle, evidenciando o papel das instituições de governança na mediação entre ideologia partidária e desempenho orçamentário.

No cenário internacional, especialmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, a literatura encontra-se mais consolidada, com ampla utilização de séries históricas e bancos de dados comparativos para avaliar o impacto partidário sobre políticas fiscais e sociais (Alesina & Rosenthal, 1995; Alt & Lassen, 2006). No Brasil, embora o campo venha avançando em termos metodológicos e na integração entre economia pública e ciência política, ainda há carência de estudos comparativos de longo prazo e entre regiões, capazes de captar diferenças institucionais e contextuais (Sakurai, 2019; Rocha, 2020). Nesse sentido, a análise comparativa da relação entre orientação ideológica e comportamento orçamentário municipal se constitui relevante para o avanço da economia política subnacional.

Diante desse contexto, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: *em que medida a orientação ideológica partidária dos governos municipais influencia a alocação e a execução orçamentária?* Como objetivo geral, pretende-se identificar padrões de gasto público associados à orientação ideológica dos partidos na gestão municipal.

A relevância deste baliza-se em cunho científico e social, uma vez que examina a relação entre política e gestão pública, aspecto fundamental para compreender o funcionamento da democracia e a eficiência do gasto público. As escolhas orçamentárias, influenciadas por diferentes orientações ideológicas, podem revelar prioridades distintas quanto a investimentos, políticas sociais e redistribuição de recursos, impactando diretamente o bem-estar da população e a qualidade dos serviços públicos.

Além disso, a investigação se justifica pela escassez de estudos abrangentes sobre o tema no âmbito municipal brasileiro. A heterogeneidade institucional entre os municípios,



associada às diferentes capacidades administrativas e condições socioeconômicas, torna o país um campo empírico relevante para aprofundar a compreensão sobre a influência da ideologia partidária nas decisões fiscais e orçamentárias. Dessa forma, a pesquisa contribui para avaliar o grau de autonomia dos gestores locais e o funcionamento dos mecanismos de controle e responsabilização política.

Por fim, o estudo também possui implicações práticas, ao oferecer subsídios para o aprimoramento da governança fiscal e das políticas públicas. Ao identificar possíveis relações entre orientação ideológica, prioridades de gasto e resultados sociais, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de instrumentos de planejamento e avaliação mais transparentes e orientados ao interesse público, especialmente em um cenário de restrições fiscais e crescente demanda por eficiência na gestão dos recursos públicos.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA

A teoria dos ciclos políticos constitui um dos principais referenciais analíticos da economia política para compreender a interação entre decisões econômicas e competição eleitoral. De modo geral, essa abordagem sustenta que variáveis econômicas e fiscais podem apresentar flutuações associadas ao calendário eleitoral, refletindo incentivos estratégicos dos governantes em contextos democráticos. Nesse sentido, ciclos políticos podem ser entendidos como oscilações na condução da política econômica decorrentes da relação entre economia e política institucionalizada no processo eleitoral (Alesina & Roubini, 1992).

Sob a ótica da economia política, tais variações podem ser compreendidas a partir dos incentivos enfrentados por governantes eleitos, que frequentemente adotam políticas destinadas a ampliar suas probabilidades de manutenção no poder (Aidt & Mooney, 2014). Nesse contexto, as decisões de política pública não são determinadas apenas por critérios de eficiência econômica ou de promoção do bem-estar social, mas também podem refletir estratégias associadas a objetivos eleitorais.

Nessa perspectiva, Fialho (1999) caracteriza a teoria dos ciclos políticos como a possibilidade de que governos adotem decisões estratégicas orientadas à maximização do apoio eleitoral. Assim, determinadas medidas podem ser implementadas com o propósito de influenciar o comportamento do eleitorado, mesmo quando tais escolhas não correspondem,

necessariamente, às alternativas mais eficientes ou socialmente desejáveis no longo prazo.

A literatura subsequente aprofundou essa abordagem ao examinar de que maneira o calendário eleitoral pode influenciar a dinâmica do orçamento público. Segundo Drazen (2008), os ciclos políticos tendem a se manifestar de forma mais evidente no âmbito da política fiscal, sobretudo porque os governos dispõem de maior capacidade de intervenção sobre os instrumentos orçamentários e sobre a distribuição dos recursos públicos.

Nesse contexto, à medida que se aproximam os períodos eleitorais, os governantes podem adotar estratégias de expansão de determinados tipos de gasto ou priorizar políticas públicas de maior visibilidade social. Tais ações são frequentemente interpretadas como mecanismos voltados a influenciar a avaliação do eleitorado sobre o desempenho governamental, buscando fortalecer a imagem da gestão pública e, conseqüentemente, ampliar as chances de êxito eleitoral (Crispim et al., 2021).

A compreensão desses fenômenos está diretamente associada à teoria econômica da democracia proposta por Downs (1957). Segundo o autor, partidos políticos e candidatos atuam como agentes racionais que buscam maximizar votos em ambientes de competição eleitoral. Nessa lógica, decisões políticas tendem a ser influenciadas pelas preferências do eleitorado e pelas expectativas sobre o comportamento dos votantes. Conseqüentemente, políticas públicas podem ser ajustadas estrategicamente ao longo do ciclo eleitoral, particularmente quando governantes procuram demonstrar capacidade administrativa ou atender demandas sociais com maior visibilidade política (Rocha, 2020).

Entretanto, a literatura sobre ciclos políticos também enfatiza que decisões governamentais não são determinadas exclusivamente por estratégias oportunistas associadas às eleições. A orientação ideológica dos partidos políticos constitui outro elemento central para compreender a condução da política econômica (Veiga & Veiga, 2025). Nesse sentido, Hibbs (1977) argumenta que partidos políticos atuam como intermediários institucionais das preferências sociais, representando diferentes grupos socioeconômicos dentro do sistema político.

Segundo essa perspectiva, grupos sociais com diferentes níveis de renda tendem a apresentar prioridades distintas em relação às políticas econômicas. Eleitores pertencentes a camadas de renda mais baixa e média tendem a demonstrar maior preocupação com níveis de emprego e políticas redistributivas, enquanto grupos de renda mais elevada frequentemente priorizam a estabilidade de preços e a preservação do valor dos ativos financeiros (Crispim et al., 2021). Como consequência, partidos políticos que representam esses diferentes segmentos

sociais podem adotar estratégias econômicas diferenciadas quando assumem o governo (Hibbs, 1977).

Dessa forma, a ideologia partidária exerce influência relevante sobre a formulação de políticas públicas e sobre a definição das prioridades governamentais. A competição eleitoral ocorre, portanto, não apenas em torno da busca por votos, mas também em torno de diferentes projetos econômicos e sociais. Essa dinâmica estabelece uma conexão entre preferências ideológicas, interesses sociais e decisões governamentais, contribuindo para explicar variações nas políticas fiscais e macroeconômicas ao longo do tempo (Downs, 1957).

Assim, a literatura sobre ciclos políticos e ideologia partidária sugere que a condução das políticas econômicas resulta da interação entre incentivos eleitorais e orientações programáticas dos partidos (Torrall, 2025). Governos com diferentes posicionamentos ideológicos podem priorizar políticas públicas distintas, o que se reflete em diferentes estratégias de política fiscal, níveis de inflação tolerados e prioridades relacionadas ao emprego e ao crescimento econômico. Conseqüentemente, mudanças na orientação ideológica dos governos podem gerar alterações relevantes na condução da política econômica e na composição do gasto público (Nascimento, Reis, & Faria, 2024).

Face ao exposto, pode-se inferir que ciclos políticos podem provocar variações em políticas econômicas e fiscais próximas às eleições, refletindo incentivos estratégicos de governantes em regimes democráticos. Assim como, evidencia que decisões públicas podem ser influenciadas pela busca de apoio eleitoral. Além disso, destaca que a ideologia partidária contribui para explicar diferenças na condução das políticas econômicas.

## 2.2 MODELOS DE CICLOS POLÍTICOS

A partir da década de 1970, o estudo da relação entre política e economia passou a ocupar posição central na literatura de economia política. Nesse período, diferentes modelos teóricos foram desenvolvidos com o objetivo de explicar como processos eleitorais podem influenciar decisões de política econômica e fiscal (Alvaro et al., 2023). Entre essas abordagens, destacam-se dois modelos fundamentais: o modelo oportunista de ciclos políticos, proposto por Nordhaus (1975), e o modelo partidário desenvolvido por Hibbs (1977).

O modelo oportunista de Nordhaus (1975) parte do pressuposto de que governantes possuem incentivos para manipular instrumentos de política econômica com o objetivo de maximizar suas chances de reeleição. Nesse modelo, os eleitores avaliam o desempenho

econômico recente ao decidir seu voto, o que cria incentivos para que governantes adotem políticas expansionistas no período que antecede as eleições.

De acordo com essa lógica, governos podem estimular a atividade econômica por meio de políticas fiscais ou monetárias expansionistas, buscando reduzir o desemprego e aumentar o nível de atividade econômica antes do processo eleitoral (Fialho, 2024). Tal estratégia tende a produzir resultados positivos no curto prazo, melhorando a percepção do eleitorado em relação ao desempenho governamental. Entretanto, após as eleições, torna-se necessário implementar políticas de ajuste para conter pressões inflacionárias ou corrigir desequilíbrios macroeconômicos decorrentes da expansão anterior (Crispim et al., 2021).

Esse comportamento gera flutuações econômicas associadas ao calendário eleitoral, caracterizando o chamado ciclo político oportunista. Nesse contexto, o desempenho econômico apresenta uma dinâmica específica: períodos de expansão econômica ocorrem antes das eleições, enquanto medidas de estabilização ou ajuste tendem a ser adotadas após o pleito (Rocha, 2020).

Em contraste com essa abordagem, Hibbs (1977) desenvolveu o modelo partidário de ciclos políticos, enfatizando o papel das diferenças ideológicas entre partidos na condução da política econômica. Segundo esse modelo, as flutuações macroeconômicas não resultam apenas de estratégias eleitorais oportunistas, mas também das preferências ideológicas e das prioridades programáticas dos partidos políticos.

De acordo com Hibbs (1977), partidos de esquerda tendem a priorizar políticas voltadas à expansão do emprego e à redistribuição de renda, mesmo que tais políticas impliquem níveis relativamente mais elevados de inflação. Por outro lado, partidos de orientação mais conservadora ou de direita tendem a priorizar a estabilidade de preços e o controle da inflação, mesmo que isso resulte em níveis mais elevados de desemprego no curto prazo.

Assim, a alternância de partidos com diferentes orientações ideológicas no poder pode gerar mudanças na condução da política econômica e, conseqüentemente, produzir flutuações macroeconômicas ao longo do tempo. Nesse sentido, os ciclos econômicos podem ser interpretados como resultado da alternância política entre diferentes projetos econômicos e sociais representados pelos partidos (Aidt & Mooney, 2014).

A literatura posterior buscou integrar essas duas perspectivas, reconhecendo que tanto incentivos eleitorais quanto orientações ideológicas desempenham papel relevante na formulação de políticas públicas. Em muitos contextos institucionais, governantes enfrentam simultaneamente pressões para atender às preferências ideológicas de suas bases eleitorais e

incentivos para adotar estratégias capazes de aumentar suas chances de reeleição (Lee, 2024).

Dessa forma, os modelos de ciclos políticos constituem instrumentos analíticos fundamentais para compreender como decisões de política econômica e fiscal podem ser influenciadas tanto por objetivos eleitorais quanto por diferenças ideológicas entre partidos políticos. Essa abordagem tem sido amplamente utilizada em estudos empíricos que analisam o comportamento fiscal de governos nacionais e subnacionais em diferentes sistemas democráticos (Nascimento, Reis & Farias, 2024)

### 2.3 EXPECTATIVAS RACIONAIS, SINALIZAÇÃO FISCAL E DINÂMICA ELEITORAL NA TEORIA

A partir da década de 1980, os modelos tradicionais de ciclos políticos passaram por importantes aperfeiçoamentos teóricos com a incorporação da hipótese de expectativas racionais. Essa abordagem procurou superar limitações dos modelos iniciais, que assumiam eleitores com expectativas adaptativas ou capacidade limitada de antecipar estratégias governamentais. Nesse contexto, destacam-se as contribuições de Alesina (1987) e Rogoff (1990), que introduziram novas interpretações sobre o comportamento eleitoral e sobre a dinâmica da política fiscal em períodos eleitorais.

Nos modelos baseados em expectativas racionais, os eleitores são considerados agentes capazes de utilizar as informações disponíveis para antecipar o comportamento dos governantes. Dessa forma, torna-se menos plausível a hipótese de que políticos possam manipular a economia de maneira sistemática sem que o eleitorado perceba tais estratégias. Em vez disso, a literatura passou a enfatizar o papel da assimetria de informação entre governantes e cidadãos (Veiga & Veiga, 2025).

Segundo Rogoff (1990), embora os eleitores sejam racionais, eles não possuem acesso imediato a todas as informações necessárias para avaliar plenamente a competência administrativa dos governantes. Essa limitação informacional cria espaço para que políticos utilizem instrumentos de política fiscal como forma de sinalizar sua capacidade de gestão ao eleitorado.

Nesse contexto, governos podem alterar a composição do gasto público em períodos eleitorais, priorizando despesas com maior visibilidade social, como gastos correntes, serviços públicos ou programas sociais. Por outro lado, investimentos de longo prazo, cujos resultados são percebidos apenas no futuro, podem ser relativamente menos priorizados durante esses

períodos (Sakurai & Menezes Filho, 2011).

Esse comportamento caracteriza o mecanismo de sinalização fiscal, no qual decisões orçamentárias funcionam como sinais enviados pelos governantes ao eleitorado sobre sua competência administrativa. Dessa forma, o ciclo político não resulta necessariamente da irracionalidade do eleitorado, mas da existência de assimetrias informacionais temporárias entre governantes e cidadãos (Sakurai & Menezes Filho, 2008).

Enquanto a abordagem oportunista de Rogoff enfatiza a sinalização de competência individual dos governantes, a contribuição de Alesina (1987) destaca a importância das diferenças ideológicas entre partidos políticos. Nesse modelo, eleitores formam expectativas sobre as políticas econômicas que serão adotadas por diferentes partidos, o que pode gerar incerteza econômica em períodos eleitorais.

Partidos com diferentes orientações ideológicas tendem a priorizar objetivos distintos de política econômica. Em diversos contextos nacionais, partidos de esquerda demonstram maior predisposição para políticas fiscais expansionistas e para a ampliação de gastos sociais, enquanto partidos de orientação mais conservadora podem priorizar políticas de estabilidade macroeconômica e disciplina fiscal (Rocha, 2020).

No contexto brasileiro, alguns estudos empíricos apontam evidências da presença de ciclos político-orçamentários, particularmente nos níveis municipal e estadual. A proximidade das eleições pode influenciar decisões relacionadas à execução orçamentária, à realização de investimentos públicos e à priorização de determinadas áreas de gasto (Sakurai & Menezes Filho, 2011; Crispim et al., 2021).

Entretanto, evidências empíricas também sugerem que, no nível municipal brasileiro, o componente oportunista frequentemente se sobrepõe às diferenças ideológicas partidárias (Torrall, 2025). A busca pela reeleição pode levar governantes de diferentes partidos a adotar estratégias fiscais semelhantes em períodos eleitorais, especialmente quando políticas de maior visibilidade pública são utilizadas como instrumento de competição política (Lee, 2024).

## 2.4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS NO BRASIL

No contexto brasileiro, a literatura sobre ciclos político-orçamentários ainda apresenta algumas lacunas importantes, especialmente no que se refere à análise comparativa entre diferentes regiões e ao uso de séries temporais mais extensas. Embora avanços metodológicos tenham ampliado a compreensão sobre a dinâmica das finanças públicas subnacionais, ainda

existe limitada evidência sobre como fatores institucionais e contextuais influenciam as decisões fiscais dos governos locais (Sakurai, 2019; Rocha, 2020).

Parte dos estudos empíricos realizados no Brasil não encontrou evidências robustas de aumento sistemático dos gastos públicos em anos eleitorais. Pesquisas conduzidas por Mendes (2004), Sakurai (2009) e Menezes-Filho (2008) sugerem que restrições institucionais, regras fiscais e mecanismos de controle orçamentário podem limitar a manipulação oportunista das despesas públicas.

Por outro lado, alguns estudos indicam que fatores políticos podem exercer influência significativa sobre o comportamento eleitoral e sobre a condução das políticas fiscais. Barreto (2009), por exemplo, observa que a reeleição de prefeitos nem sempre está diretamente associada ao desempenho fiscal dos governos municipais, o que sugere que outros fatores políticos podem desempenhar papel relevante na decisão dos eleitores (Nascimento et al., 2024).

Em contraste, Lee (2008) identifica evidências de menor sucesso eleitoral de governantes que utilizam intensivamente a estrutura pública como instrumento de campanha, indicando que o uso estratégico do orçamento pode gerar efeitos eleitorais ambíguos. Essa diversidade de resultados evidencia a ausência de consenso na literatura sobre a magnitude e os efeitos dos ciclos político-orçamentários no país.

A discussão sobre oportunismo político também relaciona o aumento de gastos pré-eleitorais a decisões potencialmente ineficientes motivadas por objetivos políticos. Peltzman (1992) argumenta que governantes podem priorizar políticas de curto prazo voltadas à maximização de apoio eleitoral, mesmo que tais políticas impliquem custos econômicos no longo prazo.

Evidências internacionais recentes reforçam essa hipótese ao identificar a presença de ciclos político-orçamentários em diferentes contextos institucionais. Estudos realizados em diversos países apontam crescimento das despesas públicas em anos eleitorais, ainda que a intensidade desses ciclos varie conforme o grau de transparência institucional, a maturidade democrática e as regras fiscais vigentes (Conraria et al., 2013; Garmann, 2017; Corvalan, 2018; Pierskalla, 2018).

Diante desse cenário, análises comparativas voltadas ao contexto municipal brasileiro podem contribuir significativamente para o avanço da literatura em economia política. Investigar como a orientação ideológica dos partidos e as características institucionais influenciam a alocação de recursos públicos permite compreender de maneira mais aprofundada

a dinâmica das finanças públicas locais. Além disso, há indícios de que o ciclo político-orçamentário no Brasil apresenta características institucionais próprias, o que reforça a importância de estudos empíricos direcionados às especificidades do sistema político e fiscal do país.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para entender como a teoria dos ciclos políticos se traduz na prática do orçamento público brasileiro, este estudo realizou uma análise detalhada nos dados dos dez maiores municípios de cada região do país. O levantamento foi construído a partir de fontes oficiais e transparentes: (i) os nomes dos prefeitos foram extraídos das bases do IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico); (ii) os números financeiros foram extraídos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do sistema SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) e dos Relatórios do FINBRA (Finanças do Brasil), correspondente as despesas empenhadas por função, conforme Crispim et al., (2021).

Após a coleta, os dados foram organizados em planilha Excel, envolvendo: (a) nome do município; (b) valor da despesa; (c) nome do prefeito; (d) partido político. Essa organização permitiu observar o comportamento das despesas em períodos eleitorais, assim como os reflexos ideológicos partidários, correspondente ao período 2017 a 2024.

Nesse contexto, estabeleceu-se como variável dependente “log das despesas públicas” (nível de gasto público municipal). E como variáveis independentes “ideologia de esquerda” e “ideologia de direita” (orientação ideológica do prefeito). Como variáveis de controle “ano”(efeito fixos temporais) e “função de gastos” (efeitos fixos estruturais), conforme modelo econométrico (eq1).

$$\ln(Despesa_{f,t}) = \beta_0 + \beta_1 Ideologia_{Esquerda_t} + \beta_2 Ideologia_{Direita_t} + \gamma_t + \alpha_f + \varepsilon_{f,t} \quad (eq1)$$

Onde:

$\ln(Despesa_{f,t})$  = Logaritmo natural das despesas públicas municipais

$\beta_0$  efeito da ideologia de esquerda

$\beta_1$  efeito da ideologia de direita

$Ideologia_{Esquerda}$  = Variável dummy para partidos de esquerda

$Ideologia_{Direita}$  = Variável dummy para partidos de direita

$\gamma_t$  = Efeito fixo temporal (ano)

$\alpha_f$  = Efeito fixo da função de gasto

$\varepsilon_{f,t}$  = Termo de erro aleatório

No que concerne à amostra analisada, o estudo abrangeu um total de 50 municípios, correspondentes aos dez mais populosos de cada uma das cinco grandes regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), assegurando, assim, representatividade regional e maior comparabilidade dos resultados. Quanto a distribuição partidária ver Tabela 1

Tabela 1: Distribuição das observações por partido político da amostra

Partidos	Obs	Participação	Ideologia	Partidos	Obs	Participação	Ideologia
PP	602	8,9%	Direita	MDB	1.394	20,5%	Centro
DEM	468	6,9%	Direita	PSD	1.079	15,9%	Centro
PL	301	4,0%	Direita	PSDB	977	14,4%	Centro
SOLIDARIEDADE	173	2,5%	Direita	PMDB	225	3,3%	Centro
REPUBLICANOS	157	2,3%	Direita	PPS	78	1,1%	Centro
PSC	143	2,1%	Direita	PSB	567	8,4%	Esquerda
PODE	134	2,0%	Direita	PDT	276	4,1%	Esquerda
PRB	134	2,0%	Direita				
PROGRESSISTAS	79	1,2%	Direita				

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

## 4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente estudo teve por objetivo identificar padrões de gasto público associados à orientação ideológica dos partidos no âmbito da gestão municipal, considerando o período de 2017 a 2024. A análise concentrou-se nos dez municípios mais populosos de cada região, de modo a assegurar maior consistência empírica e comparabilidade entre as unidades observadas.

Para isso, aplicou-se o modelo de regressão linear com dados em painel, estimado por efeitos fixos bidimensionais (two-way fixed effects), com especificação semi-logarítmica e inclusão de variáveis dummy para capturar a orientação ideológica partidária.

Com base nos resultados apresentados na Tabela 1, referentes à classificação ideológica dos partidos, observa-se a predominância de agremiações situadas no espectro de centro e direita. Tal achado mostra-se consistente com a literatura que analisa a estrutura partidária brasileira no âmbito municipal, segundo a qual partidos de perfil pragmático, sobretudo de centro e direita, tendem a concentrar maior número de administrações locais (Meireles, Crispim & Ferreira, 2025). Adicionalmente, verificou-se que o MDB detém o maior número de

observações na amostra, seguido pelo PSD e pelo PSDB, os quais, em conjunto, correspondem a aproximadamente 46% das observações. Esse resultado evidencia a centralidade desses partidos na condução da gestão municipal brasileira ao longo do período analisado.

Essa predominância também reflete a forte capilaridade municipal dessas siglas e sua capacidade de formar coalizões políticas em diferentes regiões do país. Além disso, observa-se presença relevante de partidos associados ao campo ideológico da direita, como PP, DEM e PL, enquanto partidos tradicionalmente vinculados à esquerda, como PSB e PDT, aparecem com participação relativamente menor na amostra analisada.

Com base nos dados constantes na Tabela 1, pode-se inferir que a distribuição partidária evidencia acentuada assimetria ideológica, com predominância de partidos de centro, como MDB, PSD e PSDB, que concentram parcela significativa das observações. Tal configuração sugere a prevalência de organizações de caráter catch-all, cuja flexibilidade programática tende a atenuar distinções ideológicas substantivas, limitando a capacidade explicativa da variável ideologia em contextos marcados por pragmatismo político.

Adicionalmente, observa-se elevado grau de fragmentação partidária, sobretudo à direita, refletindo a pulverização institucional característica do sistema político brasileiro. Essa configuração pode implicar sobreposição programática entre siglas distintas, dificultando a identificação de efeitos diferenciados sobre variáveis fiscais. Sob o ponto de vista metodológico, tal cenário reforça a necessidade de agregação em blocos ideológicos ou coalizões efetivas, visando maior consistência analítica.

Outro ponto crítico refere-se à inconsistência temporal das siglas, evidenciada por mudanças como PMDB/MDB e PPS/Cidadania, o que pode comprometer a comparabilidade longitudinal dos dados. Ademais, a sub-representação dos partidos de esquerda reduz a variabilidade da amostra, limitando a robustez das inferências associadas a esse espectro.

Quanto aos resultados constantes na Tabela 2, observa-se forte concentração das despesas municipais nas áreas de saúde e educação, que juntas representam aproximadamente 46% do total das despesas analisadas. Esse padrão é consistente com a estrutura institucional das finanças públicas brasileiras, marcada por vinculações constitucionais que estabelecem percentuais mínimos de aplicação nessas áreas.

**Tabela 2: Amostra das despesas públicas por função de governo (R\$ milhão)**

Função de governo	Média Despesa	Participação (%)
Saúde	485.671	27,1%
Educação	404.254	22,5%
Previdência Social	268.441	15,0%
Urbanismo	165.896	9,2%
Administração	132.507	7,4%
Encargos Especiais	119.866	6,7%
Transporte	82.879	4,6%
Saneamento	49.080	2,7%
Assistência Social	47.352	2,6%
Legislativa	38.065	2,1%
Total	1.794.011	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Evidencia-se ainda uma clara concentração das despesas públicas em funções sociais essenciais, com destaque para saúde (27,1%) e educação (22,5%), que, conjuntamente, representam quase metade do gasto total. Esse padrão é consistente com o arcabouço constitucional brasileiro, que vincula recursos mínimos a essas áreas, refletindo a prioridade normativa conferida à provisão de bens públicos fundamentais. A relevância da previdência social (15,0%) reforça, ainda, o peso das despesas obrigatórias no orçamento, indicando baixa discricionariedade alocativa por parte dos gestores públicos.

Em contraste, funções relacionadas à infraestrutura e desenvolvimento urbano, como urbanismo (9,2%), transporte (4,6%) e saneamento (2,7%), apresentam participação relativamente inferior. Tal configuração pode sinalizar restrições fiscais ou priorização de despesas correntes em detrimento de investimentos estruturais, o que, no longo prazo, pode comprometer a eficiência alocativa e o crescimento econômico local.

Adicionalmente, despesas administrativas (7,4%) e encargos especiais (6,7%) revelam parcela relevante do orçamento destinada à manutenção da máquina pública e ao cumprimento de obrigações financeiras, como dívida e transferências. Por fim, a baixa participação da assistência social (2,6%) e da função legislativa (2,1%) sugere menor centralidade dessas áreas no conjunto das despesas analisadas, ainda que desempenhem papel institucional relevante.

Os resultados na Tabela 3 revelam acentuada heterogeneidade nas despesas públicas municipais, evidenciada pela expressiva discrepância entre a média (R\$ 254,8 milhões) e o desvio padrão (R\$ 973,5 milhões). Tal magnitude indica elevada dispersão dos dados, compatível com a presença de assimetria positiva e valores extremos. Esse comportamento é corroborado pela distância significativa entre a mediana (R\$ 32,8 milhões) e o valor máximo (R\$ 22,3 bilhões), sinalizando forte concentração de recursos em poucas observações,

característica recorrente em análises fiscais municipais marcadas por desigualdades estruturais entre entes de diferentes portes.

Tabela 3: Estatística descritiva das variáveis analisadas

Variáveis	Despesas Publicas	Log Despesas Publicas	Ano
Observações	7.529	7.529	7.529
Média	254.805.600	17,0548	2020,5
Desvio padrão	973.548.300	2,6388	2,316
Mínimo	0,01	0,0099	2017
1º Quartil	5.529.504	15,5256	2018
Mediana	32.870.290	17,3081	2020
3º Quartil	172.203.500	18,9642	2023
Máximo	22.334.220.000	23,8294	2024

Fonte: Dados da pesquisa (2026)

A análise dos quartis reforça esse padrão, ao evidenciar que a maior parte das observações se concentra em níveis relativamente baixos de despesa, enquanto um número reduzido de casos apresenta volumes substancialmente superiores. Essa configuração pode comprometer a robustez de estimativas econométricas baseadas em valores absolutos, especialmente em razão da influência de outliers e da potencial heterocedasticidade.

Diante disso, a transformação logarítmica da variável de despesa mostra-se adequada, ao produzir uma distribuição mais estável e simétrica. Observa-se maior proximidade entre média (17,05) e mediana (17,30), além de redução significativa da dispersão (desvio padrão de 2,64), o que contribui para melhorar a qualidade das inferências econométricas.

Por fim, a variável temporal apresenta distribuição equilibrada, com média de 2020,5 e baixa variabilidade, refletindo cobertura homogênea do período entre 2017 e 2024. Tal característica assegura consistência nas análises longitudinais e permite captar adequadamente a dinâmica fiscal ao longo do ciclo político municipal.

Na Tabela 4 apresenta-se evidências consistentes sobre a relação entre ideologia partidária e o nível de despesas públicas municipais, mensurado em logaritmo, indicando que a orientação política exerce influência relevante sobre o comportamento fiscal. De forma geral, observa-se que a inclusão progressiva de efeitos fixos, de ano e de função de governo, eleva substancialmente o poder explicativo dos modelos, com o  $R^2$  passando de 0,023 no modelo OLS para 0,568 no modelo com efeitos fixos completos.

Tal resultado evidencia que parcela significativa da variação das despesas está associada a fatores estruturais, como a temporalidade e a composição funcional do gasto, reforçando a necessidade de controle de heterogeneidades não observadas. No que se refere às variáveis de interesse, a ideologia de direita apresenta coeficientes negativos e estatisticamente

significativos em todas as especificações, com elevada estabilidade e magnitude.

No modelo mais completo (modelo 4), o coeficiente estimado ( $\beta_{\text{direita}} = -0,556$ ;  $p < 0,001$ ) indica que governos de direita estão associados a menores níveis (-55,6%) relativos de despesa pública em comparação ao grupo de referência (centro), corroborando a literatura que vincula esse espectro a maior disciplina fiscal e orientação pró-mercado. Por sua vez, a ideologia de esquerda apresenta coeficientes positivos em todos os modelos, embora estatisticamente significativos apenas nas especificações mais robustas.

Tabela 4: Resultados econométricos: regressões estimadas

Variáveis	Modelo 1 OLS	Modelo 2 Ano FE	Modelo 3 Função FE	Modelo 4 FE Completo
Ideologia (Centro)	0 (ref.)	0 (ref.)	0 (ref.)	0 (ref.)
Ideologia (Esquerda)	0,109 (0,091) $p=0,236$	0,132 (0,091) $p=0,146$	0,121 (0,062) $p=0,051$	0,147 (0,061) $p=0,015$
Ideologia (Direita)	-0,410 (0,067) $p < 0,001$	-0,505 (0,067) $p < 0,001$	-0,466 (0,045) $p < 0,001$	-0,556 (0,045) $p < 0,001$
Efeitos fixos de ano	Não	Sim	Não	Sim
Efeitos fixos de função	Não	Não	Sim	Sim
Estatística F	-	-	-	172,66
Observações	7.529	7.529	7.529	7.529
R <sup>2</sup>	0,023	0,054	0,529	0,568
Variável dependente: log da despesa pública municipal resultados econométricos				

Nota: valores entre parênteses correspondem ao erro padrão. Fonte: Dados da pesquisa (2026).

No modelo 4 com efeitos fixos completos, o coeficiente ( $\beta_{\text{esquerda}} = 0,147$ ;  $p = 0,015$ ) sugere maior propensão à expansão do gasto público em relação aos governos de centro, em consonância com abordagens teóricas que associam a esquerda à ampliação da atuação estatal. Em termos gerais, os resultados indicam que governos de direita tendem a gastar menos, enquanto governos de esquerda apresentam maior inclinação ao aumento das despesas, tomando-se o centro como referência. Todavia, a consistência dos coeficientes e o ganho expressivo de ajuste nos modelos com efeitos fixos reforçam a robustez empírica das evidências encontradas.

Como “centro” é o grupo de referência, os coeficientes estimados para as outras categorias indicam a diferença relativa em relação a ele. Governos de direita gastam menos que governos de centro, em média. E que governos de esquerda gastam mais que governos de centro, em média [ $E(\text{Gasto/Direita}) - E(\text{Gasto/Centro}) = 0,0556$ ] e [ $E(\text{Gasto/Esquerda}) - E(\text{Gasto/Centro}) = 0,147$ ].

Os achados do estudo sugerem implicações que transcendem a relação direta entre ideologia e nível de gasto, apontando para a importância do contexto institucional e das

capacidades administrativas locais na mediação desses efeitos. Em particular, a predominância de partidos pragmáticos e a elevada rigidez orçamentária indicam que a discricionariedade dos gestores pode estar mais restrita do que a teoria ideológica tradicional pressupõe, o que sugere que diferenças observadas no gasto não decorrem exclusivamente de preferências partidárias, mas também de constrangimentos fiscais e normativos.

Por fim, a pesquisa também sugere que a dinâmica fiscal municipal deve ser compreendida à luz de interações entre fatores políticos e institucionais, como regras fiscais, dependência de transferências e incentivos eleitorais. Essa abordagem integrada contribui para superar visões determinísticas da ideologia, reforçando a necessidade de modelos analíticos que considerem simultaneamente preferências políticas, restrições estruturais e incentivos estratégicos no processo decisório público.

## 5 CONCLUSÕES

A partir dos resultados empíricos obtidos, conclui-se que a orientação ideológica partidária exerce influência estatisticamente significativa sobre o comportamento fiscal dos governos municipais, ainda que essa influência se manifeste de forma condicionada por fatores institucionais e estruturais. De maneira geral, identificou-se que administrações associadas à direita tendem a apresentar níveis relativamente menores de despesa pública, enquanto governos de esquerda demonstram maior propensão à expansão do gasto, em comparação ao grupo de centro.

Os achados são consistentes com a literatura de economia política, que associa diferentes espectros ideológicos a distintas preferências quanto ao papel do Estado na economia. Contudo, a magnitude dos efeitos observados sugere que a ideologia não atua de forma isolada, sendo mediada por restrições orçamentárias, vinculações legais e características próprias do federalismo brasileiro.

Adicionalmente, verificou-se que a composição funcional do gasto e os efeitos temporais desempenham papel central na explicação das despesas públicas, indicando que aspectos estruturais do orçamento possuem maior poder explicativo do que a ideologia isoladamente. Nesse sentido, o estudo contribui ao demonstrar que, embora existam padrões diferenciados de comportamento fiscal entre espectros ideológicos, tais diferenças operam dentro de um ambiente institucional que limita a discricionariedade dos gestores públicos. Assim, a ideologia partidária influencia, mas não determina de forma absoluta, a alocação e

execução orçamentária municipal.

No que se refere às limitações do estudo, destaca-se, inicialmente, a restrição da amostra aos municípios mais populosos de cada região, o que pode comprometer a generalização dos resultados para municípios de menor porte, cuja realidade fiscal e institucional difere substancialmente. Além disso, a classificação ideológica dos partidos, embora fundamentada na literatura, pode não capturar integralmente as nuances programáticas e comportamentais no nível local, especialmente em um sistema partidário caracterizado por pragmatismo e baixa coerência ideológica. Soma-se a isso a ausência de variáveis adicionais de controle, como indicadores socioeconômicos, capacidade administrativa e dependência de transferências intergovernamentais, que podem influenciar significativamente o comportamento fiscal.

Como agenda para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da amostra para incluir municípios de diferentes portes populacionais, permitindo maior heterogeneidade e validade externa dos resultados. Recomenda-se, ainda, a incorporação de variáveis institucionais e socioeconômicas, bem como o uso de métodos econométricos mais avançados, como modelos dinâmicos ou estratégias de identificação causal, a fim de mitigar possíveis problemas de endogeneidade. Além disso, futuras investigações podem aprofundar a análise da composição do gasto público, explorando não apenas o volume, mas também sua eficiência, qualidade e impacto sobre indicadores sociais. Por fim, estudos que considerem a interação entre ideologia, ciclos eleitorais e mecanismos de governança podem oferecer uma compreensão mais abrangente da dinâmica das finanças públicas municipais no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- Abrucio, F. L.. (1994). Os barões da federação. *Lua Nova: Revista De Cultura E Política*, (33), 165–183. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000200012> Acesso em: 21 mar. 2026.
- Aguiar-Conraria, L., Magalhães, PC, & Soares, MJ (2013). A nacionalização dos ciclos eleitorais nos Estados Unidos: uma análise wavelet. *Public Choice*, 156(3–4), 387–408. <https://doi.org/10.1007/s11127-012-0052-8> Acesso em: 21 mar. 2026.
- Aidt, T. S., & Mooney, G. (2014). Voting suffrage and the political budget cycle: Evidence from the London Metropolitan Boroughs 1902-1937. *Journal of public economics*, 112, 53–71. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2014.01.003>. Acesso em: 21 mar. 2026.
- Alesina, A. (1987). Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*, 102(3), 65-678. <https://doi.org/10.2307/1884222> Acesso em: 21 mar. 2026.

- Alesina, A., & Rosenthal, H. (1996). A Theory of Divided Government. *Econometrica*, 64(6), 1311–1341. <https://doi.org/10.2307/2171833> Acesso em: 21 mar. 2026.
- Alt, J. E., & Lassen, D. D. (2006). Transparency, political polarization, and political budget cycles in OECD countries. *American Journal of Political Science*, 50(3), 530–550. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2006.00200.x> Acesso em: 22 mar. 2026.
- Ardanaz, M., Leiras, M., & Tommasi, M. (2014). "The Politics of Federalism in Argentina and its Implications for Governance and Accountability." *World Development*, 53, 26-45. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.01.004> Acesso em: 22 mar. 2026.
- Arretche, M. T. S.. (1999). Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 14(40), 111–141. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000200009>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- Corvalan, A., Cox, P., & Osorio, R. (2018). Indirect political budget cycles: Evidence from Chilean municipalities. *Journal of Development Economics*, 133, 1–14. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2018.01.001>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- Crispim, G., Flach, L., Alberton, L., & Ferreira, C. (2021). Political budget cycle: an analysis of Brazilian municipalities. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 14(1), 124-140. Doi: 10.14392/asaa.2021140104. Disponível em: <https://asaa.anpcont.org.br/asaa/article/view/570>. Acesso em: 23 mar. 2026.
- Downs, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. Harper & Row.
- Drazen, A. (2000). Political business cycles. In *The New Palgrave Dictionary of Economics*.
- Fialho, T. M. M. (1999). Ciclos políticos: uma resenha. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 19, n. 2, p. 381–400.
- Franzese, RJ & JUSKO, KL (2006). Ciclos político-econômicos. In: Weingast, BR, Wittman, DA (Eds.). *Manual Oxford de Economia Política*. Oxford University Press, 545-564.
- Garmann, S. (2017). Political budget cycles and divided government. *Regional Studies*, 52(3), 444–456. <https://doi.org/10.1080/00343404.2017.1316839>. Acesso em: 23 mar. 2026.
- Hein, A. F., Henz, A. V., Bruch, M., Wissmann, U. J., Jacome, N. A. (2024). A teoria dos ciclos político e as evidências de manipulações eleitoreiras no contexto brasileiro. *Contabilidade em Pauta*, 8(1). Doi: 10.55905/contabv8n1-001. Disponível em: <https://periodicos.unisantacruz.edu.br/index.php/contabilidade/article/view/391>. Acesso em: 23 mar. 2026.
- Hibbs, DA (1977). Partidos Políticos e Política Macroeconômica. *American Political Science Review*, 71 (4), 1467–1487. doi:10.2307/1961490. Acesso em: 22 mar. 2026.
- Lee, Robert. D. Jr., Johnson, RW & Joyce, PG (2008). *Sistemas de orçamento público*. 8. ed. Boston: Jones and Bartlett Publishers.
- Nascimento, M., Reis, F., & Faria, W. (2024). Ideological determinants of budget allocation in Brazil. *Brazilian Studies Review*.

- Nordhaus, W. (1975). The political business cycle. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190.
- Persson, T., & Tabellini, G. (2002). *Political economics: Explaining economic policy*. MIT Press.
- Pierskalla, J. H., & Sacks, A. (2018). Unpaved road ahead: The consequences of election cycles for capital expenditures. *The Journal of Politics*, 80(2), 510–524. <https://doi.org/10.1086/694547>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- Peltzman, S. (1992). Voters as Fiscal Conservatives. *The Quarterly Journal of Economics*, 107(2), 327–361. <https://doi.org/10.2307/2118475>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- Remmer, K. L. (2011). The rise of leftist–populist governance in Latin America. *Comparative Political Studies*, 45(8), 947–972. <https://doi.org/10.1177/0010414011428595>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- Rezende, F. (1976). Finanças públicas e transferências intergovernamentais. In F. Rezende (Org.), *Política fiscal e programação dos gastos do governo*. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
- Rocha, C. A. (2020). Ideologia partidária e prioridades orçamentárias nos municípios brasileiros: Uma análise em painel (2005–2018). *Revista de Economia Política*, 40(3), 514–536. <http://dx.doi.org/10.26512/2017.TCC.18404>. Acesso em: 23 mar. 2026.
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *The Review of Economic Studies*, 55(1), 1. <https://doi.org/10.2307/2297526>. Acesso em: 23 mar. 2026.
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. A. (2007). Política fiscal e reeleição em municípios brasileiros. *Public Choice*, 137, 301–314. <https://doi.org/10.1007/s11127-008-9329-3>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- Scartascini, C., Stein, E. H., & Hallerberg, M. (Eds.). (2014). *Who Decides the Budget? A Political Economy Analysis of the Budget Process in Latin America*. Inter-American Development Bank. <https://doi.org/10.18235/0012570>. Acesso em: 22 mar. 2026.
- Torrall, G. (2023). Can anti-corruption policies curb political budget cycles? *Political Economy Review*.
- Veiga, F., & Veiga, L. (2017). Political budget cycles in local governments. *Handbook of Political Economy*.
- Veiga, L. G., & Veiga, F. J. (2006). Political business cycles at the municipal level. *Public Choice*, 131(1–2), 45–64. <https://doi.org/10.1007/s11127-006-9104-2>. Acesso em: 22 mar. 2026.